

AÇÃO POLÍTICA E A INVENÇÃO DO FUTURO

Alice Casimiro Lopes

*O tempo é a flor do caos
de onde as naus nunca regressarão
porque haveria sempre um tempo a mais
entre uma nau e a idéia de seu cais.*

Geraldo Carneiro [1]

Considerar a possibilidade de inventar um futuro, para si próprio, para outros ou para o mundo, é admitir que esses futuros, ou pelo menos alguns deles, são contingentes. Valho-me aqui do conceito filosófico de contingência, pelo qual se admite haver muitas possibilidades no futuro, igualmente possíveis de se realizar, a partir das experiências vividas. Nesse sentido, contingência se opõe tanto à necessidade quanto à impossibilidade. Defender um futuro contingente é afirmar que não é obrigatório nem logicamente necessário que esse futuro aconteça, mas também não é impossível que assim se dê. É o fato de o futuro ser possível e não obrigatório que nos faculta a possibilidade de inventá-lo. Lanço então a discussão sobre como a política, nos mais diferentes contextos sociais, dentre eles o contexto pessoal [2], pode ser uma forma de inventar o futuro contingente. Restringindo à discussão ao campo do currículo, no qual investigo e milito academicamente, penso em todos os espaços sociais em que se produz política curricular: não apenas as esferas governamentais, mas as escolas, os movimentos sociais e os entrecruzamentos entre esses espaços. Por meio da política de currículo são produzidos sentidos para uma política cultural mais ampla e inventado um modo de ler o mundo, de significá-lo.

Muitas vezes, contudo, o campo político é compreendido como se possuísse leis e razões garantidoras da decisão a tomar, do caminho a seguir ou do futuro a construir. No caso da política de currículo, muitas vezes se deseja a teoria que seja capaz de guiar os caminhos da prática curricular; razões de ordem psicológica, sociológica ou econômica, por exemplo, que sustentem os rumos a serem tomados nos processos de produzir cultura na escola.

Diferentemente, concordo com Laclau quando afirma que a política é o conjunto de decisões adotadas em um terreno indecidível – ou seja, um terreno no qual o poder é constitutivo. Nessa perspectiva, é justamente quando não existe uma base racional para a tomada de decisão, quando faltam determinações de qualquer espécie, capazes de definir a priori como decidir em dada direção, quando faltam as garantias de estar tomando a decisão certa, que nos constituímos como sujeitos da decisão e exercemos a política. Uma política sem garantias, como uma nau sem a certeza de seu cais ou que estabelece, a cada momento, um cais provisório, que se desfaz na medida em que é alcançado, para surgir no horizonte como novo porto.

Não seria, então, nessa forma de fazer política que efetivamente inventamos um futuro, inventando a nós mesmos?

Sobre o(a) autor(a):

Coordenadora do grupo de pesquisa Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura (www.curriculo-uerj.pro.br) do ProPEd/UERJ. E-mail: alice@curriculo-uerj.pro.br

Referências bibliográficas (ou textuais):

- GIROUX, Henry (1999). Cruzando as fronteiras do discurso educacional – novas políticas em educação. Porto Alegre, Artes Médicas Sul.
- LACLAU, Ernesto (1993). Power and representation. POSTER, Mark (ed.). Politics, Theory and Contemporary Culture. New York, Columbia University Press, p. 277-297.
- [1] Filosofia, in: Balada do Impostor.
- [2] Lembremos da máxima fundamental do movimento feminista, desde a década de 1970: “o pessoal é político”. Para uma análise dessa máxima, ver Giroux (1999).